

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.606, DE 2001

Dispõe sobre o salário mínimo profissional de diplomados em Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Medicina Veterinária.

Autor: Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO

Relator: Deputado JAIR MENEGUELLI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.606, de 2001, de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, visa estabelecer o salário profissional de diplomados em Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Medicina Veterinária em 6 vezes o maior salário mínimo vigente no País para uma jornada de 6 horas diárias, sendo consideradas extraordinárias as horas que excederem esse limite, até o máximo de 4 horas.

Em sua justificativa, o autor alega que o projeto tem o objetivo de dirimir dúvidas sobre a menor remuneração paga a esses profissionais, a qual pela lei em vigor é calculada com base no salário mínimo de referência, o que tem gerado controvérsias nos tribunais sobre o indexador a ser utilizado no referido cálculo.

Esgotado o prazo regimental, foi apresentada uma emenda ao projeto, de autoria do Deputado Eni Voltolini, dispondo que o salário mínimo profissional dos profissionais em Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Medicina Veterinária aplica-se a esses trabalhadores independentemente do seu regime contratual de vínculo empregatício.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Segundo o grande jurista Arnaldo Sussekund, a conceituação adequada para piso salarial seria aquela que não levasse em conta a função exercida pelo trabalhador, mas a circunstância de ele integrar uma categoria, ou uma empresa, para a qual restou proibida a admissão de empregado com salário abaixo de determinado valor.

Assim, concordamos com a iniciativa do Deputado José Carlos Coutinho de, com a presente iniciativa, regulamentar a determinação constitucional prevista no inciso V do art. 7º de piso salarial, não como uma remuneração proporcional à extensão e à complexidade do trabalho – salário profissional – mas como o menor salário pago a um profissional engenheiro, arquiteto, agrônomo ou veterinário.

Todavia a proposição em exame merece alguns reparos, tendo em vista que, hoje, por força de decisões judiciais, restou inaplicável a Lei nº 4.950-A/66 quanto à menor remuneração paga a tais profissionais. Se não vejamos:

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu o seguinte:

“SALÁRIO MÍNIMO. VINCULAÇÃO. SALÁRIO PROFISSIONAL. LEI Nº 4950-A/66.

O Supremo Tribunal Federal, guardião da ordem constitucional, vem entendendo que o salário mínimo não pode ser utilizado para a fixação de qualquer remuneração, como nos mostra o seguinte precedente: ‘AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PISO SALARIAL PROFISSIONAL. FIXAÇÃO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO. 1. Vinculação do piso-base ao salário mínimo. Impossibilidade, a teor do disposto na parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.’ (STF, AGRRE 253247 – PR, Ac. 2ª Turma, Rel. Min. Maurício Corrêa,

publicado no DJ de 4-5-2001). Por sua vez, a colenda SBDI2 desta Corte também tem acompanhado essa orientação, ao editar a Orientação Jurisprudencial nº 71, ‘verbis’ ‘AÇÃO RESCISÓRIA. VINCULAÇÃO DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO AO SALÁRIO MÍNIMO. VIOLAÇÃO DO ART. 7º, IV, DA CF/1988. Viola o art. 7º, IV, da CF/1988, ensejando a procedência de ação rescisória, a decisão que defere reajuste de vencimentos a empregado público com base em vinculação ao salário mínimo’. Diante do entendimento acima transcrito, outra não pode ser a conclusão, que não apontar seja proibida a utilização ao salário mínimo para fins de vinculação, já que este procedimento conflita com o art. 7º, IV, da Constituição Federal. Recurso conhecido e provido.” (TST, RR531097 – RN, Ac. 3ª Turma, Rel. Min. Eneida Melo, publicado no DJ de 22-02-2002).

Com isso, é forçoso reconhecer que, de acordo com o texto constitucional, não há como indexar qualquer remuneração ao salário mínimo.

Ademais, outra decisão do TST conflita com a emenda apresentada pelo Deputado Eni Voltolini que estende o salário mínimo profissional aos profissionais engenheiros, arquitetos, agrônomos e veterinários independentemente do regime jurídico a que estão submetidos: trabalhadores da iniciativa privada e da Administração Pública.

“DIFERENÇAS SALARIAIS – SALÁRIO PROFISSIONAL DE ENGENHEIRO INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 4950-A/66 AOS SERVIDORES PÚBLICOS. Como já decidido por esta Eg. 4ª Turma, nos RR 390192/97.8, 390188/97 e 594146/99.6, em que foi Relator o Ministro Antônio José de Barros Levenhagem, ‘ O salário mínimo profissional da Lei nº 4950-A/66 não é aplicável aos servidores regidos pela CLT, por injunção do disposto no art. 169 e incisos da CF. Isso em razão da incompatibilidade da correção automática do salário profissional, vinculado ao salário mínimo, com a exigência constitucional de a concessão de qualquer vantagem aos servidores ser precedida de autorização em lei, mediante prévia dotação orçamentária’. Recurso

conhecido e provido". (TST, RR 366231 – PR, Ac. 4ª Turma, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, publicado no DJ de 22-02-2202).

Dessa forma, conforme a decisão acima, depreende-se que a extensão do salário mínimo profissional aos servidores públicos está vedada em razão da proibição constitucional de se vincular a remuneração ao salário mínimo e de se conceder vantagem aos servidores sem autorização legal.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.606, de 2001, na forma do substitutivo anexo, e pela rejeição da emenda a ele apresentada.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado JAIR MENEGUELLI
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.606, DE 2001

Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, a fim de estabelecer o piso salarial dos profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os arts. 3º, 5º e 6º da Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que “Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária”, a fim de estabelecer a jornada de trabalho e o piso salarial desses profissionais

Art. 2º Os arts. 3º, 5º e 6º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º É fixada em seis horas a jornada de trabalho para o exercício das atividades e tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º desta lei.

.....
Art. 5º Para execução das atividades e tarefas previstas no art. 1º desta lei fica estabelecido o piso salarial de mil e duzentos reais.

Parágrafo único. O valor do piso salarial de que trata o caput deste artigo será reajustado:

I – no mês de publicação desta lei, pela variação acumulada

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificada de abril de 2002, inclusive, ao mês imediatamente anterior ao do início de vigência desta lei;

II – anualmente, a partir do ano subsequente ao do reajuste mencionado no inciso anterior, no mês correspondente ao da publicação desta lei, pela variação acumulada do INPC nos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 6º São consideradas extraordinárias as horas que excederem o limite previsto no art. 3º desta lei, até o máximo de duas horas diárias.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado JAIR MENEGUELLI
Relator